

Novo ataque ao mercado informal

ROBERTO RODRIGUES/GDF

Marcella Oliveira

A partir de hoje, são consideradas micro e pequenas empresas aquelas com receita bruta anual de até R\$ 2,4 milhões. O governo do Distrito Federal dobrou o teto atual de R\$ 1,2 milhão para que mais empresas façam parte do novo regime de tributação, o Supersimples, que entra em vigor dia 1º de julho. A expectativa é que mais 10 mil empresas se enquadrem no grupo, que hoje é de 20 mil. O cálculo do GDF é que a renúncia fiscal pode chegar a R\$ 10 milhões mensal nos três primeiros meses, mas a idéia é ganhar a longo prazo com a criação de novas empresas e geração de emprego.

Em cerimônia no Palácio do Buriti, o governador José Roberto Arruda e o vice Paulo Octávio assinaram decreto que estabelece o novo teto de receita bruta para as pequenas e microempresas. O Supersimples substitui o Simples Candango. Em vez de várias guias com cálculos e datas diferentes, o empresário preencherá apenas um documento para recor-

rer oito impostos e contribuições, que, agora, foram unificados.

— Quem adere ao Supersimples paga menos impostos, diminui a burocracia e pode crescer, gerar mais empregos, aumentar o seu negócio e melhorar a economia do DF. É uma renúncia fiscal sim, mas também um estímulo ao desenvolvimento da economia que trará outros benefícios — disse Arruda.

Para Paulo Octávio, que também é secretário de Desenvolvimento Econômico, aumentar o teto de enquadramento das pequenas empresas é outra ação do governo do DF para tentar reduzir os 220 mil desempregos existentes no DF e tirar da informalidade milhares de empresas.

— Falta aqui, em Brasília, o sentimento do jovem em criar empresas. As pessoas têm medo de abrir uma empresa, até mesmo pela questão tributária que o Brasil vive. O Supersimples facilita a tributação e calculada com a média do rendimento dos 12 meses, não mensalmente — explicou Paulo Octávio.



Arruda diz que a renúncia fiscal é uma aposta no desenvolvimento econômico e em outros benefícios

A classe empresarial comemorou a medida. Uma empresa, com rendimento de R\$ 1,4 milhão, valor acima do limite anterior de R\$ 1,2 milhão, normalmente, tinha duas opções: ir para a informalidade ou abrir outra empresa em nome de terceiros.

De acordo com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Vicente Estevanato, essas empresas não tinham a estrutura de competitividade para migrar para uma taxa de tributação mais alta.

— Há 11 anos queríamos isso. Agora, quem tiver um rendimen-

to maior que R\$ 2,4 milhões poderá migrar de maneira mais preparada e continuar crescendo, o que não acontecia antes. Com essa medida adotada pelo governo, daremos a nossa contrapartida com a criação de novos empregos — garantiu Estevanato.